

XXV Encontro Nacional de Economia Política – Sessões de Comunicação

Desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina: um estudo sobre o desenvolvimentismo e suas consequências socioambientais recentes.

Heitor Ponce Dellasta¹

I – Resumo

Esse trabalho é parte de uma pesquisa em andamento que pretende promover um olhar crítico às tentativas de desenvolvimento econômico promovidas pelos Estados desenvolvimentistas entre 1950-1970 em diversos países latino-americanos e suas recentes atuações nos chamados governos progressistas na virada para o século XXI, com especial atenção às consequências socioambientais. Na América Latina, o conceito de desenvolvimento foi questionado a partir da criação de revisões contestadoras, como são as contribuições da teoria cepalina e das ênfases das teorias da dependência; embora essenciais, essas teorias foram insuficientes para questionar seriamente os núcleos conceituais da ideia de progresso linear e crescimento econômico, centrais na economia do desenvolvimento. Nossa hipótese geral é a de que os Estados desenvolvimentistas, a partir de um núcleo comum que busca alcançar, exclusivamente, o desenvolvimento econômico, promovem notórias consequências socioambientais no que tange às áreas e populações do campo e da floresta e a própria natureza. Colocando os conflitos socioambientais no centro da problemática do desenvolvimento brasileiro recente, esse trabalho pretende retomar a história do pensamento econômico sobre desenvolvimentismo na América Latina e depois analisar as principais contribuições críticas a essa estratégia, sendo elas o colonialismo interno, a marginalidade, o bem-viver e o pós-extrativismo. Destacamos Celso Furtado como uma figura central para essas discussões, considerando seu olhar crítico ao conceito de desenvolvimentismo como um preâmbulo dos pensamentos contemporâneos de pós-extrativismo e bem-viver.

II – Introdução

A rigor, essa pesquisa é uma breve visita ao amplo campo de estudo que discute as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento para a região latino-americana. O debate ganhou destaque no pós-Segunda Guerra Mundial como consequência das notórias discrepâncias entre a qualidade de vida das massas das populações dos países periféricos, em comparação com os países

¹ Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). Bolsista de Iniciação Científica processo nº 2019/19266-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

centrais e, conseqüentemente, da necessidade de discussões sobre desenvolvimento econômico e industrialização (HETTNE, 1990). Partindo dessas preocupações, inúmeras interpretações teóricas ganharam formulações em diferentes âmbitos acadêmicos e institucionais, como é o caso da América Latina, onde conscientizou-se sobre a necessidade de interpretações autônomas sobre os processos e obstáculos para se atingir o desenvolvimento na região (KAY 1989, 2018).

Usualmente, no Brasil, e na maioria dos países da América Latina, o termo desenvolvimentismo remete a uma expressão particular da economia do desenvolvimento em nosso subcontinente (FONSECA, 2004; 2015). Para falar em desenvolvimentismo é preciso entendê-lo como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes, isto é, quando há a defesa explícita de que a principal tarefa do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico e que esta é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser (FONSECA, 2004, p. 227). Partindo dessa interpretação, a pesquisa em andamento que dá base para esse artigo, tem como objetivo central investigar quais as relações entre a expressão latino-americana do desenvolvimento a partir das estratégias desenvolvimentistas em diferentes momentos de nossa história recente e quais as conseqüências socioambientais dessa atuação para as áreas e populações do campo e da floresta.

No que diz respeito à realidade latino-americana, Celso Furtado (1920-2004), sem dúvidas, possui uma das mais notórias contribuições sobre a economia do desenvolvimento, graças a sua contribuição original sobre os problemas dos países subdesenvolvidos. Inicialmente influenciado e participante da construção do arcabouço teórico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Furtado (1961) adotou uma perspectiva histórica baseada na difusão internacional da tecnologia e nas desigualdades entre os países centrais e periféricos. Segundo Bielschowsky (2000), de acordo com essa perspectiva, uma vez que a composição desprivilegiada primário-exportadora não seria capaz de solucionar por conta própria seus problemas estruturais, seria a partir da industrialização que deveria emergir o principal caminho na busca por um novo padrão de desenvolvimento nos países periféricos. Esse arcabouço serviu para o argumento de que a estrutura subdesenvolvida determinava um padrão específico de inserção na economia mundial e, conseqüentemente, que o processo de crescimento, emprego e distribuição de renda na periferia também seriam distintos em relação aos países centrais (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 22). Seria esse o principal momento explicitamente dedicado a conceptualização da problemática histórica de que o subdesenvolvimento não constituía uma etapa necessária no processo de formação das economias capitalistas modernas, mas sim, de que é, em si, um processo particular com várias formas e diferentes estágios (FURTADO, 1961, p. 184-185).

Outra importante contestação ao desenvolvimento também ocorreu a partir da América Latina

com as chamadas teorias da dependência, que poderiam ser classificadas como um enriquecedor complemento à teoria estruturalista, uma vez que seriam uma perspectiva crítica fundamental que surgiu a partir da crítica e da desilusão com o processo de industrialização, especialmente no que diz respeito a homogeneização dos padrões de consumo e melhora na qualidade de vida das massas. Mais além, nos interessa destacar as categorias de colonialismo interno e marginalidade que se referem aos impactos gerados pelas políticas de industrialização, em especial, quando consideramos a discriminação e exploração de comunidades tradicionais (KAY, 2018, p. 454-455).

Pensamento muito próximo pode ser encontrado em Furtado (1962; 1964) ao apontar o esgotamento do modelo explicativo cepalino a partir da insuficiência da industrialização dos países periféricos em alcançar crescimento econômico autossustentado e autonomia de decisões (MALLORQUÍN, 2013). Furtado (1974) salienta que, nos países periféricos, as sucessivas tentativas de homogeneização dos padrões de consumo dos países centrais provocavam um distanciamento entre os modos de vida de minorias privilegiadas e a massa da população, em outras palavras, que ocorria uma crescente concentração social e geográfica da renda como representação do desmedido custo social que o desenvolvimento econômico e as políticas desenvolvimentistas promoviam na realidade brasileira. Foi também nesse período que o autor se antecipou em apresentar importantes contribuições no que tange à preocupação com as consequências do desenvolvimento em seu caráter socioambiental (CAVALCANTI, 2003). O vanguardismo no assunto ocorre a partir da sua consideração sobre a impossibilidade da generalização dos padrões de consumo dos países altamente industrializados para a massa da periferia, em outras palavras, que a ideia de que os povos pobres podem um dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos seria simplesmente irrealizável (FURTADO, 1974, p. 75). O mito do desenvolvimento econômico ocorreria, portanto, de um lado pelo agravamento dos desequilíbrios regionais como consequência do desperdício de recursos provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo dos grupos privilegiados e por outro lado pela depredação do mundo físico e seus custos para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis que levaria ao colapso da civilização (CAVALCANTI, 2003).

Destacamos, assim, que a América Latina desempenhou um papel importante na criação de revisões contestadoras do desenvolvimento, como são as contribuições da teoria estruturalista e das diferentes ênfases das teorias da dependência. Essas discussões trouxeram contribuições consideráveis e essenciais para história política de nosso subcontinente, mas também padeceram de algumas limitações, em outras palavras, suas propostas não conseguiram questionar seriamente os núcleos conceituais da ideia de desenvolvimento convencional, entendido a partir do progresso linear e particularmente expresso em termos de crescimento econômico e material (ACOSTA, 2016a, p. 49). Como veremos, as preocupações de Furtado (1974; 1984) se apresentam como preâmbulos no

Brasil de pensamentos contemporâneos da América Latina como são o pós-extrativismo e o bem-viver (ACOSTA, 2016a; GUDYNAS, 2016). Tais conceitos surgiram a partir de visões críticas à manutenção do desenvolvimento e das políticas desenvolvimentistas nos recentes governos progressistas que foram eleitos na virada para o século XXI, especialmente, considerando sua expressão extrativista e suas consequências socioambientais (GUDYNAS, 2009; SVAMPA, 2016).

O termo extrativismo remete a descrever movimentos de aproveitamento dos recursos naturais, tanto a partir das discussões sobre a manutenção da pauta primário-exportadora quanto pelos grandes empreendimentos e megaprojetos recentes como são agronegócio, hidrelétricas e mineração (GUDYNAS, 2013; 2017). Como discute Gudynas (2009, p. 304), apesar da mudança substancial representada pela chegada dos governos progressistas na América Latina, as práticas extrativistas foram mantidas por meio de um novo arranjo no qual as estratégias não são idênticas às do passado. Esse processo sustenta modelos de grande impacto socioambiental e territorial que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais e à impossibilidade de construir alternativas ao desenvolvimento como consequência da manutenção da pauta primário-exportadora (ACOSTA, 2016b). O extrativismo ao apresentar uma longa história na América Latina, também se conecta com a estratégia desenvolvimentista por meio do direcionamento da exploração da natureza para fins de crescimento econômico e competição em mercados internacionais. Em outras palavras, bem diferente da promessa de desenvolvimento nacional inicialmente proposta, as estratégias desenvolvimentistas têm colocado interesses privados e nacionais acima de interesses locais e comunitários, mais ainda, acima de interesses da natureza (SVAMPA, 2016).

Como esperamos ter ficado claro nessa introdução, o objetivo central dessa pesquisa é investigar as visões críticas e as contestações da estratégia desenvolvimentista de desenvolvimento econômico, especialmente a partir de leituras latino-americanas sobre as repercussões socioambientais, ou seja, aquelas que fazem referências às áreas e populações do campo e da floresta. Argumentamos que a situação brasileira nunca foi muito favorável à tentativa de construção de uma economia harmônica com a natureza; mesmo durante os chamados governos progressistas, os componentes centrais das estratégias de desenvolvimento econômico sempre se mantiveram convencionais e aceitavam todo tipo de impactos sociais e ambientais, permanecendo com seus componentes centrais atrelados a megaprojetos e empreendimentos extrativistas (SVAMPA, 2016). Atualmente, a partir da vitória de governos de extrema direita, sabemos que a situação tende a piorar. É por esse motivo que colocamos os conflitos socioambientais no centro da problemática do desenvolvimento brasileiro recente, para assim, buscarmos alternativas ao desenvolvimento a partir de experiências latino-americanas críticas ao desenvolvimentismo, como são o pós-extrativismo e o bem-viver.

Assim, o presente artigo, além dessa breve introdução e considerações finais, apresenta duas seções. A próxima seção apresenta uma breve retomada da construção do conceito latino-americano de desenvolvimentismo a partir de aproximações entre dois momentos históricos distintos, o primeiro no período entre 1950 e 1980 e o segundo a partir da vitória dos principais governos progressistas na virada para o século XXI; tentaremos demonstrar que a estratégia desenvolvimentista apresenta um núcleo central responsável pela construção de um projeto nacional orientando para alcançar um desenvolvimento econômico similar ao dos países centrais, que ignora as lutas e sonhos de populações tradicionais e a natureza. A segunda seção pretende recuperar os principais olhares latino-americanos críticos ao desenvolvimentismo a partir da recuperação das teorias da dependência com ênfase nas discussões sobre colonialismo interno e marginalidade e também a partir das recentes discussões sobre bem-viver e pós extrativismo; é importante destacar que Furtado apresenta-se como o principal fio condutor dessa segunda seção, sendo suas reflexões pioneiras e essenciais para uma verdadeira compreensão do subdesenvolvimento e seus caminhos de superação.

III – Do desenvolvimentismo clássico ao desenvolvimentismo progressista

Foi após a segunda Guerra Mundial que a chamada economia do desenvolvimento ganhou destaque na América Latina como consequência da notória diferença entre os indicadores econômicos e sociais encontrados nas massas das populações dos países da periferia em comparação com os centros industriais (LARRAIN, 1989; HETTNE, 1990). A partir daí a contribuição de nosso subcontinente tornou-se fundamental ao questionar os paradigmas dominantes dos centros industriais e construir uma leitura original sobre as especificidades do desenvolvimento econômico na periferia (RODRIGUEZ, 1981). Como afirma Kay (1989), esse período seria caracterizado pela construção de um sentimento e uma consciência por parte dos países que compunham a periferia do sistema, contrários aos pressupostos que garantiam a diferença de desenvolvimento das regiões pelo grau de maturidade do sistema econômico e industrial².

Prebisch (1949) inaugura essas discussões com o primeiro ensaio de impacto organizado em nome da Comissão Econômica para a América Latina e para o Caribe (CEPAL). O autor tem como ponto de partida uma crítica à teoria das vantagens comparativas e ao sistema da divisão internacional do trabalho, pelos quais, à América Latina “como parte da periferia do sistema econômico mundial, correspondia o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros

² Uma série de pensadores alcunhados como pioneiros do desenvolvimento, contribuíram para a formatação do arcabouço teórico do desenvolvimentismo clássico, a ver: Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis e Hirschman. Mais detalhes podem ser encontrados em CARDOSO (2018).

industrias” (PREBISCH, 2011 [1949], p.95). Destacando a acentuada diferença entre países da periferia em comparação aos países centrais, no que tange à qualidade de vida das massas, à poupança interna e, em especial, os indicadores de produtividade, Prebisch (1949; 1951) demonstra uma preocupação com a discrepância entre o progresso técnico encontrado nos centros industriais em comparação com a periferia, que a partir daquele momento, e até hoje, tornar-se-ia uma recorrente problemática dentro da discussão sobre desenvolvimento econômico latino-americano, isto é, uma preocupação com o processo de elevação dos níveis de produtividade real da força de trabalho, obtido por meio de métodos mais eficientes e que tinham como produto final a elevação da renda e a melhora das condições de vida das massas (RODRIGUEZ, 1981).

Como afirma Prebisch (1949; 1951) as enormes vantagens dos aumentos de produtividade global não chegam com a mesma intensidade nas periferias do sistema tal qual ocorria nos centros industriais. A América Latina apenas beneficiava-se pela difusão do progresso técnico quando eram necessárias produções de alimentos e matérias primas de baixo custo para manutenção do funcionamento e melhoramento dos centros industriais (PREBISCH, 1949, 1951). Nesse sentido, o autor argumenta a impossibilidade de confiar nas exportações de produtos primários como mecanismo central de crescimento econômico e defende um novo estilo de desenvolvimento econômico pautado pela industrialização (RODRIGUEZ, 1981; 2009), isto é, um “instrumento para promover o desenvolvimento progressivo da produção interna e elevar o nível de consumo interno dos países” (PREBISCH, 2011 [1951], p.248).

Para Bielschowsky (2000), tal defesa da industrialização vem acompanhada pela atuação consciente do Estado e suas instituições, constituindo uma primeira expressão do paradigma desenvolvimentista latino-americano (BIELSCHOSKY, 2000). Como recorda Fonseca (2015, p.15), o conceito de desenvolvimentismo aparece na literatura tanto para referir-se a um fenômeno da esfera do pensamento como para nomear práticas históricas de política econômica, e dado sua multiplicidade de interpretações, justifica-se a necessidade de colocá-lo como um dos conceitos centrais deste artigo.

Considerando a interpretação de Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimentismo sugere uma estratégia nacional que permite alcançar gradualmente o nível de desenvolvimento econômico encontrado nos centros industriais. Levando em conta a especificidade dos países periféricos, é a resposta à necessidade de que “para se desenvolverem, os países precisam definir, eles próprios, suas políticas e instituições responsáveis por promover uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.7). De maneira similar, Bielschowsky (1988; 2000) sugere que o desenvolvimentismo é uma ideologia de transformação das sociedades periféricas por meio de um projeto econômico nacional orientado pelo planejamento eficiente e racional dos recursos econômicos, cujas ações ocorrem por intermédio do Estado com o intuito de superação da pobreza

(BIELSCHOSWKY, 1988, p.7). Seja pela definição de Bielschowsky (1988) ou de Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimentismo seria uma política econômica implementada deliberadamente, com o intuito de coordenar um conjunto de instituições orientadas para o desenvolvimento econômico nacional, mais especificamente, tendo como objetivo superar os desequilíbrios estruturais e dinâmicos dos países periféricos promovidos pelo comércio internacional desigual.

De acordo com Fonseca (2015, p.20), é possível destacar um núcleo comum do desenvolvimentismo que considera a existência de um projeto nacional deliberado, tendo como objetivo a preocupação com a nação e seu futuro, e a intervenção consciente do Estado a fim de orientar agentes públicos e privados.

Embora uma primeira falência da estratégia desenvolvimentista tenha ocorrido no final dos anos 1980, inúmeros governos latino-americanos na virada para o século XXI buscaram uma estratégia econômica alternativa à ortodoxia convencional que havia estado vigente no período anterior, entre os anos de 1980 e 2000. Ainda que com modificações substanciais na condução da política econômica, esse novo modelo estava fortemente conectado com o ideal desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2006; 2010). Em outras palavras, continuava a ser uma estratégia nacional de desenvolvimento pela qual os países latino-americanos procuraram alcançar os países desenvolvidos no que diz respeito a indicadores de qualidade de vida das massas (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 19). É justamente a partir desses chamados governos progressistas³ que tentamos associar a retomada de uma agenda política desenvolvimentista e posteriormente argumentar sobre a manutenção de severas consequências socioambientais.

Nesse sentido, apresentamos as classificações “novo-desenvolvimentismo”, que aparece em Bresser-Pereira (2006), e “social-desenvolvimentismo”, encontrada em Bastos (2012). Para Bresser-Pereira (2006, p.10-11), o novo-desenvolvimentismo preocupa-se com o crescimento econômico e com a transformação da realidade da sociedade nacional, ao almejar objetivos de desenvolvimento econômico e justiça social em um quadro internacional de competição. De forma similar, o social-desenvolvimentismo resgata o papel do Estado na orientação do modelo de desenvolvimento como tentativa de contornar as restrições externas contemporâneas e proteger um quadro interno de bem-estar social (BASTOS, 2012). Como destacado em Fonseca (2015, p.47), ambos conceitos recentes, preservam todos os atributos contidos no conceito de desenvolvimentismo clássico, ainda que as estratégias de atuação tenham sido modificadas (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Outra importante bibliografia surge após o auge e declínio desses governos progressistas e

3 São eles: Lula e Dilma Rousseff no Brasil, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Tabaré Vazquez e José Mujica no Uruguai e Hugo Chávez na Venezuela.

compõe outro olhar crítico para a retomada do pensamento desenvolvimentista. Gudynas (2009; 2010) procura demonstrar que esses governos sul-americanos apresentam como preocupação comum o combate à pobreza por meio da atuação de um Estado desenvolvimentista, particularmente, por meio de uma estratégia de desenvolvimento nacional que tem como destaque a adoção de um modelo econômico de grande impacto socioambiental, os chamados empreendimentos extrativistas (GUDYNAS, 2009). Pela argumentação do autor, o desenvolvimentismo recente seria caracterizado pela presença simultânea de um Estado extrativista e compensador, ou seja, pela união do estímulo aos programas sociais de combate à pobreza que têm como forma de financiamento a apropriação de excedentes oriundos das exportações dos empreendimentos extrativistas, culminando no que se denominou Estado neoextrativista (GUDYNAS, 2009). Particularmente, Gudynas (2012) demonstra que essa relação entre neoextrativismo e desenvolvimentismo distributivo cria um discurso de legitimação que afirma uma defesa dos empreendimentos extrativistas como necessários para melhorar a qualidade de vida das massas e combater a pobreza. (GUDYNAS, 2012 [2009], p.313). Ainda que não inserida na discussão neoextrativista, é importante destacar que existe uma ideia muito similar em Bastos (2012, p. 724) sobre um desenvolvimentismo distributivo do setor público, pelo qual ocorre uma “ênfase no mercado interno e no papel do Estado para influenciar a distribuição de renda e a alocação de investimentos”.

Para definir neoextrativismo⁴ Gudynas (2017) considera os diferentes empreendimentos relacionados a mineração, petróleo e agropecuária monocultura e intensiva que provem uma apropriação de recursos naturais em “grandes volúmenes y/o alta intensidad, donde la mitad o más son exportados como materias primas, sin procesamiento industrial o procesamientos limitados” (GUDYNAS, 2017, p.32). Tal definição vem recorrentemente sendo utilizada por outros autores latino-americanos, como é o caso de Acosta (2016b) ao argumentar sobre a dependência econômica associada aos empreendimentos extrativistas. Para o autor, o conceito de neoextrativismo abrange preocupações de que a “pobreza em muitos países está relacionada à existência de uma riqueza em recursos naturais” (ACOSTA, 2016b [2011], p.47), isto é, temas que envolvem processos de desindustrialização e manutenção da pauta primário-exportadora na América Latina⁵. Outro olhar crítico que utiliza do conceito de neoextrativismo pode ser encontrado na classificação que trata de conflitos socioambientais, ou seja, “aqueles ligados ao acesso, conservação e controle dos recursos naturais, [...] em um contexto de assimetria de poder” (SVAMPA, 2016 [2011], p.143); em outras

4 É importante destacar que *extrativismo* e *neoextrativismo* são conceitos que não se aproximam em nenhum momento do termo *extrativista* utilizado em português para se referir a extração ou obtenção sustentável de recursos naturais da floresta sem afetar a existência do ecossistema ou sua biodiversidade.

5 Outros argumentos críticos a acumulação primário-exportadora e suas consequências econômicas possibilitaram a construção de uma tese sobre a *maldição da abundância* por Acosta (2009), a ver: deterioração dos termos de intercâmbio, doença-holandesa, problemas em balanças de pagamentos e contas fiscais e corporativismo.

palavras, trata-se de conflitos que atingem diretamente as áreas e populações do campo, como consequência de um processo de marginalização caracterizado pela não inclusão dessas áreas e grupos em circuitos de decisão política, quase sempre, colocando interesses econômicos acima de interesses comunitários e ecológicos (SVAMPA, 2016). Também, o neoextrativismo aparece para discutir a apropriação da natureza, isto é, o desenvolvimentismo recente seria uma concepção reducionista da natureza ao considerá-la como um capital natural disponível para exploração, mercantilização e acumulação sem considerá-la como um sujeito de direitos (ACOSTA E BRAND, 2018); os direitos da natureza são compreendidos como uma defesa da existência e reprodução dos seres humanos associada a existência e reprodução dos ciclos biológicos da natureza (GLASS, 2016).

Nesse sentido, o neoextrativismo seria um termo tanto para a dependência econômica associada a manutenção da pauta primário-exportadora, quanto para a apropriação de recursos naturais a partir da imposição do poder e da violação dos direitos dos seres humanos e da natureza⁶ (GUDYNAS, 2013).

Nossa intenção até aqui foi uma tentativa de demonstrar a manutenção de uma agenda desenvolvimentista entre os períodos de 1950-1980, ao que chamamos desenvolvimentismo clássico, e os períodos 2000-2015, ao que chamamos desenvolvimentismo progressista ou neoextrativismo. Destacamos que nossa afirmação não é a de que são modelos idênticos, mas sim, de que são modelos com traços comuns no que diz respeito a tentativa de reorientação das políticas econômicas e institucionais a favor de um projeto nacional a partir do desenvolvimento econômico (FONSECA, 2015). Sendo assim, a inquietação que segue nessa pesquisa busca investigar as relações entre as agendas desenvolvimentistas e as consequências socioeconômicas e, em especial, socioambientais recentes.

IV. Preocupações socioambientais a partir de olhares críticos ao desenvolvimentismo

Ainda que o declínio do que chamamos de desenvolvimentismo clássico tenha sido datado a partir dos anos de 1980, não tardou para a vigência desse pensamento com origens cepalinas ser questionado a partir dos pressupostos que investigavam a não obtenção dos efeitos esperados dessa estratégia nos quadros socioeconômicos para grande parcela da população da região latino-americana (KAY, 1989; 2018). Grande destaque merece ser concedido, sobretudo, às teorias da dependência, cujo marco teórico está situado principalmente entre os anos de 1960 e 70.

⁶ Os Direitos da Natureza ganharam destaque após terem sido aprovados pela Constituição do Equador em 2008. Para mais detalhes ver: Acosta e Martinez (2011) e Gudynas (2014).

Muitas das interpretações que compuseram a escola de pensamento dependentista, ainda que de acordo com diversos diagnósticos promovidos pelo sistema centro-periferia, negavam a crença de que os desequilíbrios periféricos poderiam ser resolvidos por meio de políticas de industrialização (MARINI, 1973). Essa abundante literatura, muito pelo contrário, destacava que os problemas relacionados ao desenvolvimento socioeconômico estavam, passo a passo, sendo intensificados como consequência da concentração de renda e segregação étnico-racial a partir das políticas desenvolvimentistas, isto é, criava-se uma teoria sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1966) que abriria um primeiro espaço de questionamento sobre a estratégia desenvolvimentista de desenvolvimento econômico a partir da tensão criada entre *desenvolvimento econômico* e *desenvolvimento socioeconômico* (CASANOVA, 1965; FURTADO, 1961; 1964; 1967). Seria a partir da constatação da intensificação da pobreza e da exploração da mão de obra em determinadas áreas e populações, que o olhar crítico da dependência investigava os notórios desequilíbrios locais e regionais como consequência da estratégia desenvolvimentista de desenvolvimento econômico (FRANK, 1966).

Particularmente, são os conceitos de marginalismo e colonialismo interno (KAY, 1989) que consideram a coexistência de dois modos de produção distintos nas economias latino-americanas: um capitalista e um não capitalista; e que investigam uma das características fundamentais de uma economia dependente: a piora no quadro socioeconômico de determinadas áreas e populações como contrapartida da melhora socioeconômica de outras áreas e populações minoritárias. Ou seja:

“Estos fenómenos, el marginalismo o la no participación en el crecimiento del país, la sociedad dual o plural, la heterogeneidad cultural, económica y política que divide al país en dos o más mundo con características distintas, se hablan esencialmente ligados entre sí y ligado a su vez con un fenómeno mucho más profundo, que es el colonialismo interno, o el dominio y explotación de unos grupos culturales por otros” (CASANOVA, 2015 [1965], p.73-74).

Aí reside uma argumentação que acompanha diferentes autores nessa época, que se propõe a investigar as assimetrias de um Estado desenvolvimentista⁷. Para Stavenhagen (1965) o desenvolvimentismo seria um processo de modernização das sociedades latino-americanas que estaria circunscrito apenas ao benefício de um grupo minoritário nos países periféricos. Para o autor, destaca-se a percepção não só de um aprofundamento da pobreza em determinadas áreas e grupos

7 Ainda que DESAL (1970) e Germani (1970) tenham uma defesa favorável a intensificação das políticas desenvolvimentistas, preferimos manter esse debate para um próximo momento; por agora, entendemos que essas propostas argumentam por uma difusão da cultura da pobreza (STAVENHAGEN, 1965, p.22) e por um capitalismo de pobres (QUIJANO, 2014 [1998], p.228).

específicos, mas também a consideração de que “con frecuencia el desarrollo de una zona implicaba el subdesarrollo de otra” (Stavenhagen, 1965, p.20). Também para Mariátegui (1965, p.49) ao analisar a realidade peruana, percebe-se que “su desarrollo está subordinado a los intereses y a las necesidades de los mercados [regionales y globales]”. Como afirmou Kay (1989), as contribuições desse período tentam demonstrar a impossibilidade de um Estado desenvolvimentista promover uma melhora relevante na qualidade de vida nacional, dada a constatação de uma piora no quadro socioeconômico, em sua totalidade, de áreas e populações do campo. Isso aparece explicitamente em Casanova (2015 [1965], p.74) quando destaca que “la sociedad marginal es predominantemente rural”, também para Stavenhagen (1965, p.17), ao perceber as “grandes diferencias sociales y económicas entre las zonas rurales, las poblaciones indígenas y entre la massa de los campesinos”, assim como para Mariátegui (1965, p.119) ao dizer que “el problema primario, es el problema del indio y de la tierra”.

De maneira semelhante, a preocupação com desequilíbrios locais e regionais aparece no Brasil sob a luz do conceito de subdesenvolvimento. Furtado (1961) manifestou pela primeira vez uma explicação sistemática sobre a convicção de que o subdesenvolvimento merecia uma interpretação teórica própria em comparação com as teorias dos centros industriais, cujo recorte “apresentava a falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento econômico possuía uma nítida dimensão histórica” (FURTADO, 2009 [1961], p.147). Como descreve Furtado (1961), a expansão da economia industrial do século XIX rumo a regiões onde já havia previamente um sistema econômico de base artesanal, isto é, as atuais regiões periféricas, consolidou uma economia dualista que funcionava parte em sistema capitalista e parte em sistema tradicional; a consideração da coexistência desses dois sistemas é que viria a compor a consideração de que a economia dualista constitui o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 2009 [1961], p.161). Esse mesmo argumento reaparece no autor em uma apresentação mais didática: o dualismo é descrito como um fenômeno de coexistência entre um modo de produção capitalista e outro modo de produção não capitalista, que estão inseridos dentro de um quadro de dependência (FURTADO, 2000 [1967], p.156). Ou seja:

“A palavra dualismo leva à confusão, pois parece sugerir que os dois modos de produção existem num mesmo espaço, mas independentemente um do outro, ou que o setor em atraso tende necessariamente a ser absorvido pelo mais dinâmico, vale dizer, o capitalista. Ora, o que caracteriza o dualismo é exatamente a interdependência dos dois modos de produção. [...] O estudo do dualismo consiste exatamente em descobrir essas interdependências” (FURTADO, 2000 [1967], p.156).

Tal necessidade de estudo das interdependências nos levaria aos polos de maior discrepância entre a consolidação do sistema mais dinâmico em comparação com sua ausência parcial ou total; em

outras palavras, tentaremos demonstrar um olhar mais atento do autor sobre as diferenças socioeconômicas encontradas em áreas e populações do campo em comparação com áreas e populações urbanas (FURTADO, 1962; 1964). Segundo Mallorquín (1999; 2013), as obras de Furtado situadas no período 1958-64 são reflexões decorrentes da própria atuação teórico-prática do autor no desenvolvimento do Nordeste brasileiro, e nesse sentido, suas discussões sobre desequilíbrios locais e regionais dizem sempre respeito a essa região. Isso fica claro quando Furtado (1962) analisa o desenvolvimento econômico do Nordeste inserido em um sistema nacional dependente, ou seja, quando investiga que o “desenvolvimento de uma região se realiza em concorrência com outras regiões” (FURTADO, 1962, p.49). O problema do Nordeste, como percebe Furtado (1962, p.51) “é idêntico ao dos países subdesenvolvidos face das nações altamente industrializadas do mundo atual”, considerando que, “a coexistência de nações altamente desenvolvidas e subdesenvolvidas constitui um fator de perturbação para o crescimento dessas últimas”. Quando investiga esse momento intelectual do autor, Mallorquín (1999; 2013) discute as importantes aproximações do pensamento de Furtado com outros autores da dependência, isto é, a persistência do fenômeno do subdesenvolvimento não só continuava perceptível, como também eram cada vez mais notórias as relações de dependência socioeconômica que provocavam um “distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população” (FURTADO, 1974, p.69).

A partir dessas considerações investigamos uma primeira aproximação do pensamento do autor brasileiro aos olhares críticos promovidos pelo marginalismo e pelo colonialismo interno. Para Furtado (1962) a crescente concentração social e geográfica da renda é representação do desmedido custo social que o desenvolvimento econômico promovia no Brasil, em sua totalidade, atingindo “as grandes massas que trabalham no campo e cuja atuação não recebe nenhum benefício das políticas de desenvolvimento” (FURTADO, 1962, p.14). De modo similar, para Casanova (2015 [1965] p.90), a sociedade dual seria consequência de uma “não participação das áreas e populações rurais no desenvolvimento econômico, social e cultural do país”. Como observado por Santos (2000) e Mallorquín (2013), foi por consequência do caráter dependente das economias latino-americanas que se desdobrou um olhar crítico à estratégia desenvolvimentista de desenvolvimento econômico que comumente promovia a exclusão de áreas e populações do campo, tanto por não colherem os benefícios do progresso técnico quanto por não participarem ativamente das decisões políticas (KAY, 1989).

De maneira muito similar, nossa preocupação com as consequências socioambientais não tardou para ser diagnosticada e, nesse sentido, encontramos importantes contribuições de Furtado (1974; 1984). Como destaca Cavalcanti (2003), é a partir desse período iniciado em meados dos anos

70 que o autor brasileiro se antecipou em perceber os condicionantes socioambientais do progresso econômico contemporâneo em um momento onde as questões ecológicas⁸ eram totalmente omitidas nos debates da era do desenvolvimentismo; seu vanguardismo no assunto é dado, em especial, por sua tese que investigava a impossibilidade da generalização dos padrões de consumo dos países altamente industrializados (FURTADO, 1974). Como destaca o autor, “a ideia de que os povos pobres podem um dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos” seria simplesmente irrealizável (FURTADO, 1974, p.75), isso porque a expressão desse estilo de vida na periferia corresponderia a uma tendência ao agravamento dos desequilíbrios locais e regionais como “consequência do desperdício de recursos provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo dos grupos privilegiados” (CAVALCANTI, 2003, p.75) e “em termos da depredação do mundo físico [...] que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização” (FURTADO, 1974, p.75). Particularmente, a expressão socioambiental da dependência em Furtado (1974), aparece no como uma consciência ecológica atenta aos “custos para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis” (FURTADO, 1974, p.116). Sobre o assunto, Furtado conclui:

“Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e crescimento” (FURTADO, 1974, p.75).

Seria justamente pela união de preocupações com um desenvolvimento socioeconômico e socioambiental que teríamos uma nova expressão da dependência como um fenômeno cultural, a partir do mimetismo dos padrões de consumo. Para Furtado (1978) a dependência cultural e seria uma expressão da ideologia do progresso e do desenvolvimento, a primeira classificada como “alavanca ideológica para fomentar a consciência de grupos antagônicos” e a segunda descrita como “consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência” (FURTADO, 1978, p.105). Em outras palavras, na medida em que a criatividade estaria a serviço do processo de acumulação, os meios tendem a ser vistos como fins, isto é, o desenvolvimento tende a ser visto como crescimento econômico, assumindo na periferia papel de políticas desenvolvimentistas e extrativistas (GUDYNAS, 2009) e, simultaneamente, garantindo um empobrecimento e homogeneização cultural (CAVALCANTI, 2003).

⁸ *O mito...* (1974) é o primeiro livro de Furtado a tratar de assunto sobre a ecologia tendo como influência o relatório *Limites ao Crescimento*, de 1972, e o livro de Georgescu-Roegen, de 1971 (CAVALCANTI, 2003).

É importante percebermos que o pioneirismo de Furtado (1974; 1978) nas preocupações socioambientais será refletido posteriormente a partir dos olhares críticos e pensamentos de autores recentes ligados aos conceitos de pós-extrativismo e bem-viver. Como afirma Bianconi (2018, p.125), a luta contra a dependência apresenta-se para Furtado (1984; 1998) como uma busca por outras formas de desenvolvimento que impliquem capacidade criativa própria e não simplesmente a transmissão de valores culturais vindos do exterior; entendemos a argumentação do autor no que tange a uma preocupação com a participação efetiva dos grupos excluídos no processo político (FURTADO, 1984, p.12). Tanto para Furtado (1998, p.64) ocorre a urgência de novas prioridades para a ação política em função de uma “nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico”, quanto para Acosta (2016a, p.76) argumenta-se a necessidade de “construir outra sociedade sustentada em uma convivência cidadã em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo”.

Os principais olhares críticos para o que chamamos de desenvolvimentismo progressista surgem a partir da consideração do próprio conceito de neoextrativismo e podem ser interpretadas como um desdobramento do pensamento inicial levantado pela dependência e por Furtado ao acrescentarem uma preocupação com a natureza e garantir uma nova tensão entre um *desenvolvimento econômico* e um *desenvolvimento socioambiental*, isso é, um desenvolvimento genuíno preocupado em conduzir interações mutuamente benéficas entre os componentes humanos e ecológicos.

Afirmando, mais um vez, nossa preocupação central com as áreas e populações do campo, a aproximação que tentamos demonstrar entre o desenvolvimentismo clássico e o desenvolvimentismo progressista ocorre por meio da consideração de um estilo de desenvolvimento econômico com grande impacto social e devastação ecológica; conjuntamente, argumentamos a manutenção e intensificação da dependência dos circuitos econômicos internacionais por meio da pauta primário-exportadora que impossibilita a construção de alternativas ao desenvolvimento (GUDYNAS, 2016).

Nossa inquietação e movimento diz respeito à tentativa de buscar alternativas ao desenvolvimento que construam preocupações socioeconômicas e ecológicas, em especial, coincidentes com a realidade cultural heterogênea do Brasil. Ocorre-nos a necessidade de recuperar a história das ideias do desenvolvimentismo latino-americano clássico e contemporâneo, dando atenção à particularidade da marginalização das áreas e populações do campo em circuitos políticos e econômicos. Para Furtado (1984; 1998), pensar em desenvolvimento é começar por indagar as relações existentes entre a cultura como sistemas de valores e avançar por modificar as bases estruturais do subcontinente latino-americano, com o intuito de aprofundar a percepção da realidade

social e ecológica da região. Nesse sentido, argumentaremos que tais preocupações, como nos demonstram Acosta (2016a; 2016b) e Gudynas (2016, 2017), devem ser investigadas à luz dos conceitos de pós-extrativismo, entendido como a “construção de economias sustentáveis, que respeitem as culturas e a natureza” (ACOSTA, 2016b, p.82), e de bem-viver, interpretado como “uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida em harmonia com a natureza” (ACOSTA, 2016a, p.23-24).

Seria a partir da união do conceito de neoextrativismo e da nossa preocupação com um desenvolvimento socioambiental que estamos testando três *hipóteses* ao longo dessa pesquisa: (i) de que o Estado desenvolvimentista e consequentemente a exclusão de áreas e populações do campo continuam a ser uma preocupação latino-americana no século XXI, (ii) de que o neoextrativismo é a atual estratégia desenvolvimentista de desenvolvimento econômico latino-americano, e (iii) de que os conceitos de pós-extrativismo e bem-viver seriam as melhores abordagens teórico-práticas preocupadas com um entorno econômico, social e ecológico dignos a todas as formas de vida humanas ou não humanas. Por isso, nossa *hipótese central* é a de que a obra de Furtado seria essencial para compreensão da atual realidade brasileira por apresentar um preâmbulo dos pensamentos contemporâneos da América Latina como são o pós-extrativismo e o bem-viver.

Sustentamos, assim, que o Brasil vive momentos preocupantes no que diz respeito a seus modelos socioeconômicos e ecológicos, em especial, como consequência da exaustão dos modelos desenvolvimentistas de desenvolvimento econômico atrelados aos conceitos de progresso e desenvolvimento⁹ (FURTADO, 1984). É nesse sentido que acreditamos ser importante investigar novos e recentes debates sobre a relação sociedade-natureza, tencionando a lógica insustentável do extrativismo e suas dimensões destrutivas sobre as áreas e populações do campo. Pós-extrativismo e bem-viver apresentam-se como conceitos que relacionam teoria e prática para promoção de alternativas ao desenvolvimento, focando em formas de viver mais autônomas e cooperativas entre seres humanos e seres não humanos (ACOSTA, 2016a). Nossa investigação busca discussões sobre pensamentos que colocam a questão da natureza e dos conflitos socioambientais no centro da problemática do desenvolvimentismo brasileiro, entendendo que, se por desenvolvimento econômico se entende crescimento econômico, há uma notória discrepância entre os meios e os fins no que tange à manutenção e reprodução de todas as formas de vida.

9 Clovis Cavalcanti em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU) chegou a afirmar que “não há nenhuma semelhança, praticamente só diferenças, entre o desenvolvimentismo progressista e a linha proposta por Furtado”. In: <https://bit.ly/2yWNs4o>; acessado em 01/8/2019.

IV – Considerações finais

Para responder a nossas preocupações com o desenvolvimento socioambiental recente no Brasil, tentamos investigar e analisar as obras de Furtado considerando seu olhar crítico ao desenvolvimentismo e a suas tensões socioambientais a partir da década de 70, isto é, tentamos entender o autor como uma expressão crítica e como um preâmbulo dos pensamentos mais contemporâneos como são o pós-extrativismo e o bem-viver. É nesse sentido que para investigar nossa *hipótese central*, buscamos analisar e delimitar os conceitos de: (i) desenvolvimentismo clássico, (ii) neoextrativismo, (iii) pós-extrativismo e bem-viver. Por meio desses conceitos tentamos entender as relações do desenvolvimentismo com as consequências socioambientais no cenário brasileiro contemporâneo, para a partir disso buscarmos novos caminhos teórico-práticos para atingir um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente adequado.

Como menciona Fonseca (2015), o conceito de desenvolvimentismo apresenta um núcleo comum que considera a existência de um projeto nacional com o intuito de coordenar um conjunto de instituições para atingir o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, tentamos demonstrar que a ideologia do desenvolvimentismo segue contemporânea nos recentes governos progressistas sul-americanos por meio do neoextrativismo (GUDYNAS, 2009; 2016), assim como suas consequências estão salientadas pela dependência econômica e manutenção da pauta primário exportadora, pelos conflitos sócio-territoriais e pela concepção reducionista da natureza (ACOSTA e BRAND, 2018). Dito isso, não nos resta dúvida de que a economia brasileira deve ser investigada sob olhares críticos ao conceito de desenvolvimentismo, tal qual argumenta Furtado e os estudos teórico-práticos sobre pós-extrativismo e bem-viver. Trazemos atenção para a construção de alternativas ao desenvolvimento no sentido de deter a deterioração social e a destruição ecológica ao tentarmos cumprir dentro das ciências econômicas com o papel de investigar a construção de economias de transição¹⁰ (GUDYNAS, 2016).

Em outras palavras, os estilos de desenvolvimento adotados na América Latina são insustentáveis como consequência da persistente dependência da exportação de matérias-primas, das sérias dificuldades para reverter a pobreza, e da deterioração ecológica que continuamente avança (GUDYNAS, 2016, p. 175). Mais do que compreender a lógica dos inúmeros processos que envolvem a ideologia desenvolvimentista, cabe-nos discutir e contribuir com diagnósticos e alternativas críticas de desenvolvimento e de organizações envolvendo a relação desarmônica entre sociedade-natureza.

10 Sobre o assunto destacamos o artigo sobre a viabilidade econômica de uma transição pós-extrativista para o caso peruano: “Es *economicamente viable una economia post-extractivista?*” (SOTELO e FRANCKLE, 2011) e sobre valoração econômica da natureza: “Valoração econômica e pagamento por serviços ambientais” (KILL, 2017) e “Qual o valor da natureza?” (LOURENÇO, 2019).

Nosso ponto de partida nessa pesquisa é o de investigar como os modelos desenvolvimentistas recentes adotados no subcontinente latino-americano apresentam, em sua totalidade, o extrativismo como centro de fortes tensões socioeconômicas, ecológicas e territoriais (SVAMPA, 2016). Mais além, consideramos essa linha de investigação de grande relevância frente ao atual contexto em que os recentes governos de extrema direita ganham espaço e intensificam os conflitos socioambientais.

O crescimento da área de pesquisa em *transição para sustentabilidade* ou *transições ao bem-viver* são essenciais ao elencar muitos argumentos que obrigam a avançarmos na direção de uma estratégia de pós-extrativismo devido à urgência em compreendemos a passagem de uma estrutura socioeconômica para outra. Como destaca Gudynas (2016, p. 181), em geral, têm prevalecido as noções de desenvolvimentos alternativos, entendidas como ajustes instrumentais e parciais sem romper com as lógicas convencionais de desenvolvimento. Muito além disso, nossa busca por transições econômicas alinha-se no desafio de questionar a base conceitual do desenvolvimento, suas políticas desenvolvimentistas, assim como, seus modos de entender a natureza e a sociedade.

É nesse sentido que os estudos de transição e alternativas merecem mais atenção. Acreditamos que a contribuição de Furtado para as atuais linhas de pesquisa que se preocupam com transições econômicas, sociedades socialmente igualitárias e ecossistemas regenerativos é fundamental pelos questionamentos implícitos e explícitos do autor sobre alternativas sistêmicas que englobam modificações direcionadas para a coletivização dos meios de produção, satisfação das necessidades básicas da coletividade, aumento do grau de autonomia e consciência sobre os limites de recursos não renováveis (FURTADO, 1978, 1984). Sendo assim, para enfrentar nosso cenário contemporâneo, acreditamos na necessidade de um reposicionamento da economia frente à natureza, isto é, rejeitar a visão de dominação do ser humano frente aos ecossistemas, buscando um envolvimento que vai além da sustentabilidade em busca da regeneração.

V – Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. *La maldición de la abundancia*. Quito: CEP, Swissaid & Abya Yala 2009.

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016a.

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016b.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas para o labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante, 2018.

ACOSTA, Alberto; MATINEZ, Esperanza. *La naturaleza con derechos*. Quito: Abya-Yala, 2011.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.21, número especial, p.779-810, 2012.

BIANCONI, Renata. Subdesenvolvimento, tecnologia e padrões de consumo: discussões a partir da obra de Celso Furtado. *Cadernos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v.13, n.23, p.103-128, 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - V.1*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Novo-desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.20, n.3, p.5-24, 2006.

CARDOSO, Fernanda Graziella. *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

CASANOVA, González. La sociedad plural: la democracia en México. In: ROSENMAN, M. R. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación*. México: Siglo XXI, 2015.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e desenvolvimento como falácia. In: *A.Ambiente & Sociedade* v.5, n.1, 2003

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Horizontes 2030: la igualdad en centro del desarrollo sostenible*. (LC/G.2660). Santiago, CEPAL, 2016.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Pactos para la igualdad: hacia un futuro sostenible* (LC/G.2586). Santiago: CEPAL, 2014.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *La hora de la igualdad: una visión integrada del desarrollo* (LC/G2432); Santiago: CEPAL, 2010.

DESAL. *Cuadernos de discusión IV: Marginalidad, promoción popular e integración latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones Troquel, 1970.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *Textos para discussão*, n.2103. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa e Debate*, SP, volume 15, n. 2(26), 2004.

FRANCKE, Pedro; SOTELO, Vicente. Es economicamente viable una economía post-extractivista? In: *Transiciones: post-extractivismo y alternativas al extractivismo en el Perú*. Lima: Red Peruana por la Globalización con Equidad; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2011.

FRANK, Andre Gunder. *Development of underdevelopment*. Boston: New England Free Press, 1966.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009 (1ª ed., 1961).

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Teoria política do desenvolvimento econômico*. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (1ª ed., 1967).
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge, Mass., EUA: Harvard University Press, 1971.
- GERMANI, Gino. *Sociología de la Modernización: estudios teóricos, metodológicos y aplicados a América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1971.
- GLASS, Verena. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: A história de Belo Monte. In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.
- GUDYNAS, Eduardo. *Diez tesis urgentes sobre el neoextractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*. Quito: CAAP: FLACSO, 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. In: *Nueva sociedad: Democracia y política en América Latina*. Buenos Aires, n.237, 2010.
- GUDYNAS, Eduardo. Extracciones, extractivismo y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. In: *Observatório del Desarrollo*, n.18, 2013.
- GUDYNAS, Eduardo. *Derechos de la naturaleza: Ética biocéntrica y políticas ambientales*. Lima: PDTG: CLAES, 2014.
- GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.
- GUDYNAS, Eduardo. Neo-extractivismo y crisis civilizatoria. In: ORTEGA, G. *América Latina: avanzando hacia la construcción de alternativas*. Asunción: BASE IS, 2017.
- HETTNE, Bjorn. *Development Theory and the Three Worlds*. London: Longman Group UK Limited, 1990.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. New York: Routledge, 1989.
- KAY, Cristóbal. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica do desenvolvimento. *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 84, 2018.
- KILL, Jutta. *Valoração Econômica e pagamento por serviços ambientais*. Reconhecimento do valor da natureza ou atribuição de preço à destruição da natureza? Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll,

2017.

LARRAIN, Jorge. *Theories of development. Capitalism, Colonialism and Dependency*. Cambridge: Polity Press, 1989.

LOURENÇO, Daniel Braga. *Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

MALLORQUÍN, Carlos. Celso Furtado y la problemática regional, el caso del nordeste brasileño. In: *Revista de História Regional*, v.4, n.1, p.81-128, 1999.

MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado: un retrato intelectual*. Ciudad de México: UACM: Pensamiento Proprio, 2013.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta, 1965.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: GURRIERI, A. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

PREBISCH, Raúl. Problemas teóricos e práticos do desenvolvimento econômico. In: GURRIERI, A. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

QUÍJANO, Aníbal. Polo marginal y mano de obra marginal. In: CLÍMACO, D. A. *Cuestiones y horizontes de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1981.

RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Theotônio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. In: *Sociología y subdesarrollo*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1965.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.